

## MEDIDAS DO GOVERNO VARGAS E REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Maria Cecília Marins de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo objetiva conhecer as medidas tomadas pelo Governo Vargas e suas repercussões na educação do Paraná, no período de 1930 a 1945. Pretendeu-se compreender a organização e o funcionamento das escolas de ensino primário, bem como a inovação na rede de ensino pública, por meio da criação de escolas rurais. A finalidade foi formar profissionais, com fundamentação teórica e prática nos setores da agricultura e da pecuária. As relações com o contexto histórico elucidam os envoltimentos ideológicos que marcaram as políticas dos governos, segundo o pensamento nacionalista. Fontes bibliográficas e documentais, mensagens, relatórios e legislações, subsidiaram o estudo e possibilitaram conhecer as medidas sociais tomadas pelos governos, entre essas os investimentos na educação. Apesar das dificuldades, o Paraná obteve desenvolvimento e expansão na rede de ensino, em virtude de idéias renovadoras para a educação neste período.

Palavras Chave: política de educação, história, escolas

**Abstract:** This study has the objective of knowing Vargas Government educational politics and the repercussions in the education of Paraná, on the period of 1930 to 1945. It was intended to understand the structure of the education, the organization and the functioning of primary schools. The innovation in the education was the creation of agricultural schools, with the intention of forming professionals in a theoretical and practical way. The relations with the historical context elucidate the ideological envelopments that marked the Federal and also State Government, according to the nationalistic thought. Bibliographical sources and documents, messages, reports and legislations, they had subsidized the study and they make possible to know the social measures taken by the governments, between these the investments in the education. Although the difficulties, the Paraná got development and expansion in the education net, in virtue of renovators ideas for the education in this period.

Key Words: politics of education, history, schools

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia e Direito, mestrado em História e Doutorado em Educação, Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Paraná e docente da Uniandrade. [Cecioliveira@onda.com.br](mailto:Cecioliveira@onda.com.br)

## MEDIDAS DO GOVERNO VARGAS E REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO

O estudo de caráter histórico-regional procura discutir as medidas educacionais tomadas pelo Governo Vargas, no período compreendido entre 1930 e 1945, e as repercussões na educação do Paraná. O levantamento de fontes bibliográficas, obras histórico-contextuais e de educação, e documentos oficiais, relatórios de autoridades governamentais, correspondências oficiais, ofícios e requerimentos entre escolas e diferentes níveis da administração pública, foi resultado da investigação do projeto de pesquisa a respeito das determinações educacionais ocorridas no Governo Vargas. O período é marcado por acontecimentos nacionais e internacionais relevantes que afetaram a vida da sociedade brasileira e, em particular, paranaense, com repercussões nas áreas, econômica, política, administrativa, social e, notadamente, educacional.

A pesquisa guarda sua importância, no sentido de verificar os encaminhamentos dados à educação no Paraná, em razão das mudanças no regime político do país que, inclusive, contou com duas novas constituições e novas reformas para a educação que tiveram influência nas medidas educacionais tomadas pelo Governo do Estado.

O objetivo está centrado no conhecimento do desenvolvimento do ensino, de maneira geral, bem como no direcionamento dado pela política educacional na expansão da rede escolar. Salienta-se o enfoque dado ao ensino primário, por ser ele a primeira etapa do processo de aprendizagem e ter ele a característica de ensino básico, fundamentalmente importante, para o prosseguimento de estudos.

O método histórico constituiu-se na base metodológica desta pesquisa, com a aplicação das técnicas da heurística, relativa às etapas de levantamento documental, da crítica, quanto à fidedignidade dessas documentações, e da hermenêutica, concernente à interpretação dos dados obtidos, em documentos e obras. Ainda, empregou-se o método comparativo que possibilitou estabelecer correlações entre ações do governo federal e estadual, das legislações entre si, entre outros aspectos.

Os dados extraídos das fontes permitiram a reconstrução do movimento revolucionário de 1930, em razão do qual se abriu novo momento na vida política, econômica e social do Brasil, atingindo as estruturas político-partidárias, assentadas numa política oligárquica originária daquela que se desenvolveu no período Imperial. Os conflitos internacionais, provocando a deflagração da Primeira Grande Guerra e, posteriormente, da Segunda Guerra Mundial, nos quais se

envolveram os Estados Unidos e países do continente europeu, geraram uma série de mudanças nas suas condutas político-econômicas que se refletiram na educação. No Brasil, os procedimentos político-administrativos redirecionaram as atividades dos diferentes setores da vida pública, dentre eles a educação, com base numa nova perspectiva de formação escolar, para o enfrentamento de nova conjuntura política e econômica.

A criação de novos setores de produção no país, para o incentivo à atividade industrial e o incremento às atividades comercial e agropecuária, exigiram a retomada de posições em relação à educação, pretendendo a formação de pessoal qualificado para o desempenho de atividades ligadas àqueles setores. Assim também, as propostas de novas idéias circulantes no mundo europeu e nos Estados Unidos trouxeram uma nova forma de realizar o ensino, com base nos princípios da “escola nova”. Para esta perspectiva de formação escolar concorreram os defensores da renovação do ensino que apregoavam uma nova etapa de reconstrução educacional, por meio de um programa de realizações práticas ante a constatação da precariedade e das deploráveis condições físicas, materiais e humanas do ensino. Nas palavras de Fernando de Azevedo, Anísio Spíndola Teixeira e muitos outros intelectuais da época a educação teria que deixar de ser privilégio de poucos e prerrogativa de muitos. (Manifesto dos Pioneiros da Educação. In: MACIEL DE BARROS, 1960).

A Constituição de 1934, trazia em seu bojo este apelo, determinando a democratização do ensino brasileiro e abrindo um capítulo específico sobre a educação. A idéia de uma diretoria nacional para a educação cedeu lugar a novas reformas, inicialmente no período do Ministério de Francisco Campos, frente à Pasta da Educação e Saúde, como ocorreu com a de 1931, para o ensino secundário. Posteriormente, após o golpe de Estado, a partir de 1942, novas reformas foram aprovadas pelo então Ministro da Pasta da Educação, Gustavo Capanema, por meio de Leis Orgânicas, procurando dar novos contornos à educação brasileira em seus diferentes níveis, notadamente o ensino secundário, profissionalizante e superior.

As idéias de nacionalização que vinham sendo colocadas em prática desde a década de 1920, tornaram-se expressivas após 1930 ante a repercussão das ideologias nacionalistas, fascista e nazista.

Ao novo quadro político que se descortinava sob o comando de Vargas a adesão dos governantes estaduais se fazia, na tentativa de adaptar as novas medidas às suas realidades,

para acompanhar o novo momento político e administrativo do governo federal. Este momento de mudanças identificou-se como momento de transição política, no qual o processo de transformação começava a operar-se, em razão da crise mundial de 1929, que afetou seriamente o Brasil, como se refere Prado Jr. (1981: 287). A economia sofreu mudanças qualitativas e, com o apoio da imigração e do trabalho assalariado, foi possível iniciar uma transferência da renda aplicada no setor agrícola para o setor industrial, objetivando as exportações, uma vez que a produção industrial voltava-se para o mercado interno. (ROMANELLI, 1996: 48).

Conforme elucida Padis (1981: 62), a economia paranaense, no final da década de 1920, também se apresentava em crise. A queda das exportações, em nível nacional, afetou os produtores de mate e café, provocando a crise mais prolongada e mais violenta de todo o período de vida autônoma do Estado do Paraná. O desemprego e o baixo nível dos salários afetaram as condições de vida da população e geraram a migração de operários para os estados vizinhos.

As eleições de 1º de março de 1930 deram a vitória a Júlio Prestes, candidato do então Presidente da República, Washington Luiz, porém com pequena margem de diferença de votos, para o candidato da oposição Getúlio Vargas, apoiado pelo partido da coligação Aliança Liberal. Vargas ao denunciar a fraude nas eleições deu origem ao descontentamento das classes urbanas que começaram a se manifestar contra o governo. (ALENCAR et al., 1985: 235-236). Segundo Carone (1977: 420), tal descontentamento desencadeou o movimento revolucionário no Rio Grande do Sul que se deslocou em direção ao Rio de Janeiro sob o comando de Vargas.

As tropas vindas do Rio Grande do Sul chegaram, em 5 de outubro de 1930, em Curitiba, onde foram recebidas com simpatia pela população e apoio pelos militares, sob o comando do Major Plínio Tourinho, responsável pela 5ª Região Militar. Para o Governo Provisório do Estado foi indicado e nomeado o General Mário Tourinho que assumiu a Presidência do Estado como Interventor Federal. (CURITIBA 300 anos, 1993: 286). A pouca habilidade política deste General, entretanto, levou à sua renúncia, em 29 de dezembro de 1931. Seu sucessor, Manoel Ribas, teve pela frente a tarefa de solucionar os confrontos políticos, surgidos na intervenção daquele governante, permanecendo du-

rante quinze anos no poder. Com autoridade e prestígio desempenhou com êxito o papel de governante, da mesma forma que caracterizou sua bem sucedida carreira na área empresarial.

A crise econômica paranaense, originada pela sensível redução das exportações do mate, ante a retração de compra pelo governo argentino, perdurou por alguns anos. Nem mesmo a exportação de madeira que teve alguma expressão entre os anos de 1916 e 1925, conseguiu reerguer a economia do Paraná. O pinho paranaense de qualidade inferior, devido à baixa tecnologia, apresentava preços superiores àquele importado dos Estados Unidos e do Canadá. (PADIS, 1981: 63).

Outro fator concorrente à precariedade da economia paranaense foi a deficiência de seu sistema viário que limitava a circulação de mercadoria. As altas tarifas ferroviárias também prejudicavam as exportações, além das pequenas extensões de linhas férreas que não colocavam em contato as regiões produtivas com os mercados consumidores, principalmente, São Paulo. A recuperação da economia do Paraná afinal aconteceu com a produção do café, em virtude do aumento do preço deste produto no mercado internacional, estimulando a produção paranaense. A procura de terras favoráveis ao seu plantio direcionou a demanda ao norte do Estado, para onde se deslocaram paulistas, mineiros e nordestinos, em busca de terra e trabalho. (PADIS, 1981: 69).

Para o sucesso da colonização ao norte do Estado, o Governo estabeleceu concessões a companhias particulares, para o loteamento ordenado das terras, tendo em contrapartida exigido a construção de rodovias e ferrovias ligando o norte do Estado à sua Capital e à cidade de São Paulo. O desenvolvimento econômico do Estado, embora não tenha acontecido sem algumas dificuldades e descumprimento de cláusulas pelas companhias contratadas, permitiu o surgimento de novos centros urbanos e o incremento às atividades comerciais. A circulação de dinheiro possibilitou a recuperação econômica do Estado e, Curitiba, inclusive, adquiriu maior projeção no cenário paranaense, passando a ter sob seu controle as decisões de cunho econômico, anteriormente concentradas, em São Paulo. (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969: 210-216. In: EL-KHATIB, 1969, v. 1).

As novas idéias que direcionaram a renovação da educação, diz Romanelli, (1996: 25), foi resultado das influências de educadores e intelectuais europeus e americanos que movimentaram educadores e intelectuais brasileiros, em diversos Estados, em prol das novas teorias pedagógicas da Escola Nova,

contribuindo para o avanço do sistema educacional no país. Nomes importantes aglutinaram-se em torno dessas idéias e promoveram reformas educacionais em seus estados, defendendo, fundamentalmente, os métodos ativos de ensino-aprendizagem.

No Paraná, os professores Heitor Lyra da Silva, Lysimaco Ferreira da Costa, Raul Gomes e Erasmo Pilotto foram entre outros, nomes expressivos deste movimento de renovação da educação. Os objetivos concentraram-se na expansão da educação para a população, embora este problema, como diz Niskier (1989: 243), persistisse na década de 1930 e, ainda, em décadas posteriores.

A Primeira Conferência, realizada pela Associação Brasileira de Educação, em 2 de julho de 1927, em Curitiba, deveu-se a influência da figura de Lysimaco Ferreira da Costa, promotor de idéias renovadoras para solucionar a crise da educação nacional. (COSTA, 1987: 287). Posteriormente, outras Conferências foram realizadas, em outros Estados, todas elas objetivando discussões em torno da educação para a formação integral do homem e do cidadão. (COSTA, 1987: 396).

A grande contribuição dessas conferências foi a de chamar a atenção para as questões de alfabetização, formação de professores, canalização de recursos financeiros e preparação profissional adequada às exigências das mudanças econômicas que se faziam necessárias ao país. A Constituição de 1934, de cunho liberal, expressou o pensamento democrático dos que defendiam a escola acessível a todos, impondo à União responsabilidades no direcionamento da educação nacional, sua fiscalização e ação supletiva no caso de deficiência de iniciativa e recursos. (FÁVERO, 1996: 143).

Em consequência do golpe de Estado, foi outorgada a Constituição de 1937, que apesar de expressar uma ideologia totalitarista contemplou a educação, ressaltando a necessidade de formação profissional, destinada, inicialmente, às classes menos favorecidas. Acabou porém, delegando aos Estados maior compromisso com a educação e, embora não extinguisse, não ratificou o compromisso da obrigatoriedade e da gratuidade em sua extensão e profundidade, como pretendiam os pioneiros da educação. (GHIRALDELLI, 1994: 82).

No Paraná, na fase do Governo de Mário Tourinho já estavam sendo salientados os graves problemas com a educação, em parte, originados pela falta de recursos financeiros do Estado. A organização escolar permanecia conforme as regulamen-

tações do Código de Ensino, de 1917, tendo sido aprovado, em 1931, o Decreto nº. 589 (PR. Decreto 9 mar. 1931, 1954), que instituía a seleção de professores públicos mediante concurso.

Diversas medidas foram tomadas pelo Interventor Manoel Ribas para estabilizar o ensino público primário e dar nova feição à rotina escolar, como o controle de professores faltosos, a construção de modernos Grupos Escolares, assim como a reforma daquelas que não mais atendiam às suas finalidades. (PR. Mensagem do Interventor Manoel Ribas, 1935). Outra medida foi a remodelação da Inspeção Escolar para garantir a supervisão nas escolas públicas do Estado, sem que todavia fosse implementada alguma inovação pedagógica. Os programas escolares não tiveram alteração, sendo reimpressos aqueles elaborados sob a supervisão de Pietro Martinez, ainda na década de 1920. (RATACHESKI, 1953: 46). Na remodelação da Inspeção foram criadas cinco Inspetorias Regionais de Ensino, com sede nos Municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Rio Negro e Imbituva, os quais, estrategicamente, teriam outros municípios sob sua supervisão. (PR Decreto nº. 528, 4 mar. 1932. DOEPR, nº. 346, 1932: 1).

De acordo com o Código de Ensino de 1917, as escolas primárias ficavam distribuídas segundo a idade dos alunos, dividindo-se a Pré-Escola, em Maternal, para crianças de 2 a 7 anos de idade, e, em Jardim de Infância, destinado às crianças de 4 a 7 anos. O ensino primário ficava dividido em 4 séries graduais, sendo obrigatório para meninas de 7 a 12 anos e para meninos de 7 a 14 anos. (PR Decreto nº. 17, 4 mar. 1916, 1917).

As escolas primárias ficavam, classificadas, conforme o Código de 1917, em escolas simples, combinadas ou reunidas e escolas ambulantes podendo, as duas primeiras, serem urbanas, suburbanas ou rurais. De acordo com o sexo as escolas classificavam-se em masculinas, femininas e mistas, estas últimas funcionando com a autorização da Direção Geral da Educação que permitia a frequência de meninos até a idade de 10 anos junto com meninas. (PR. Decreto nº. 17, 4 mar. 1916, 1917).

Em 1932, o Decreto nº 1.874, definiu o Regimento Interno dos Grupos Escolares, no qual ficaram estabelecidas regras de funcionamento para as escolas públicas, bem como os programas para cada série e a classificação dos grupos em categorias, sendo os de categoria 1, os Grupos com 15 ou mais classes; os de categoria 2, os Grupos com 8 a 14 classes e os de categoria 3, os Grupos com 4 a 7 classes. (PR. Decreto nº 1874, 29 jul. 1932, 1932).

A respeito da aprovação de um regulamento geral estadual que ordenasse a vida do ensino, a estrutura e o funcionamento das escolas, não se teve notícias em documentos oficiais e tampouco na legislação. Foram leis especiais aprovadas que, aos poucos, deram os contornos à educação no Paraná, de acordo com as necessidades que foram surgindo, mas, principalmente, em relação às determinações exaradas pelo Governo Federal, por meio de seu Ministério.

A maior polêmica existente no período, dizia respeito ao conflito entre os liberais, defensores da Escola Nova que almejavam um ensino obrigatório, gratuito e laico, e os católicos, adeptos e defensores da Pedagogia Tradicional, na qual estaria presente o ensino religioso católico nas escolas públicas, como fundamental para a formação moral das crianças, além de se considerar, originariamente, a formação no meio familiar. Conforme Rocha (Comentários. In: FÁVERO, 1996: 130), a questão ia além do aspecto religioso, envolvendo questões de coeducação dos sexos e monopolização da educação pelo Estado. Ainda, no tocante à religião, as questões giravam em torno da incompatibilidade do ensino religioso com o ensino da moral e do civismo, alegando-se a impossibilidade de desvinculação da formação moral sem o fundamento da religião. (HORTA, A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, 1996: 145-46).

Com o Ministro Francisco Campos, defensor dos estreitos laços entre a Igreja e o Estado, o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas, ainda em 1931, na condição de ensino facultativo. No Paraná todavia, nenhuma referência se encontrou sobre esta polêmica em Mensagens ou Relatórios de autoridades, havendo somente na Mensagem do Governo de 1936, breve referência à questão da formação moral da criança. Nestes primeiros anos de Governo de Manoel Ribas diversas medidas positivas foram tomadas em relação à educação, como maior liberdade didática aos professores, criação de associações escolares, assistência médica e dentária para os alunos, homogeneização das classes, festas cívicas, excursões entre outras.

A Constituição Política do Paraná de 1935, determinava a canalização de recursos da ordem de 20% do montante da receita de impostos para a educação, percentual argumentado por Ribas que alegava a superioridade de investimentos na educação a esta previsão. (PR. Decreto nº 2.623, 31 dez. 1934, 1936: 53). Apesar das dificuldades econômicas em outros setores da vida pública, a canalização de recursos pelo governo para a educação garantiu os investimentos.

Em 1937, novo Código de Educação foi proposto, em substituição ao de 1917, privilegiando a reforma de métodos e processos de ensino. Conforme Miguel (1992: 91), suas idéias fundamentais foram consubstanciadas em decretos e leis que vigoraram após 1938, nos quais se previa a adoção de métodos ativos, elaborados a partir da psicologia diferencial e experimental, propostos por Decroly, Montessori, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros educadores. (PR. Mensagem, 1937: 30).

As inovações aos poucos foram implantadas, criando-se a Semana da Educação destinada às atividades escolares, com destaque para as provas de educação física entre grupos escolares da Capital e entre Escolas Normais do Estado. A reativação e a criação de Cooperativas Escolares, em instituições públicas, garantiram com êxito o compromisso da assistência médico-dentária aos alunos. (PR. Mensagem, 1937: 34).

Finalmente, a polêmica em torno do ensino religioso e a educação moral e cívica foram solucionadas, autoritariamente, por meio do Decreto nº 2.072, de 8 de março de 1940, que dispunha sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude. Suas bases foram fixadas numa instituição nacional, denominada Juventude Brasileira, criada por deliberação do Presidente da República. Tal instituição visava à valorização da cidadania, do patriotismo e do nacionalismo junto à juventude do país (PR. Decreto nº 2.072, 8 mar. 1940), assim como a educação física era reforçada para a criação de hábitos e práticas de higiene nas crianças e jovens.

Estas medidas e outras que foram determinadas, autoritariamente, pelo Governo Vargas tinham como ponto referencial os movimentos e as idéias totalitárias que se fortaleciam na Europa, com Mussolini na Itália, Stalin na União Soviética e o Nazismo triunfante na Alemanha desde 1933. (BRASIL 500 anos, 1999: 694). Sob a influência dessas idéias, extremamente nacionalistas, foi fundada a Ação Integralista Brasileira, com idéias que norteavam também a instituição Juventude Brasileira.

Apesar de idéias tão radicais estarem circulando nos meios intelectuais do Brasil, a educação continuava em seu ritmo de investimentos pelo Governo, construindo novos prédios escolares e incentivando campanhas de alfabetização, que correspondiam àquelas expectativas nacionalistas.

O Paraná com sua tradicional vocação agrícola contou com investimentos no ensino agrícola rural, com a criação de duas escolas, uma em Rio Negro e outra em Palmeira, esta última levando

o nome do Presidente. Inaugurava-se uma escola de pesca em Guaratuba e faziam-se melhorias naquela que funcionava na Ilha das Cobras. (PR. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1942: 35).

A política nacional de educação, durante o Estado Novo, teve acentuadamente o controle da União, obrigando os Estados ao cumprimento das determinações federais. Assim, a questão educacional foi ponto central das preocupações do Governo, atendendo desta maneira as reivindicações da sociedade brasileira, tanto em âmbito federal como estadual, mas, principalmente, à ideologia nacionalista, nazi-fascista, à qual Vargas devotava simpatia e inclinações.

Em termos de inovações, continuava-se com a mesma prática pedagógica, ressaltando-se as tentativas de introduzir novos métodos e novas práticas pedagógicas, orientados pelas propostas da Escola Nova, por Erasmo Piloto, junto às Escolas Normais. (RATACHESKI, 1953: 35).

A inovação na educação do Paraná retratou-se no incentivo à criação de escolas rurais agrícolas, a partir de 1930, que deram início à educação profissionalizante agrícola no Estado, modalidade de ensino que se fortaleceu e se fundamentou no direito à cidadania dos brasileiros. Conforme Santos, citando Torres (Jornal "O Dia", 1933), quanto à sua definição de Pátria, vinha a ser o respeito ao homem urbano e rural, praticado através da permanência oportuna de cada um em seu espaço físico e cultural.

As escolas rurais foram criadas e mantidas pelo Estado por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, com o objetivo de formar profissionais para a agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos necessários para atender a lavoura e a pecuária do Paraná. (PR. Decreto nº 234, 1935). Além das orientações de cunho agrícola, as escolas rurais contavam com conteúdos do ensino primário regular e estavam divididas em três cursos: Primário – que seguia as orientações e programas utilizados nas escolas primárias do Estado; Complementar – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres e o Profissional – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres, com o objetivo de formar profissionais na área. O regime de funcionamento era o internato, com frequência obrigatória nas aulas teóricas e práticas. (PR. Relatório do Interventor Manoel Ribas, 1935).

Pelo Decreto nº 7.782, de 6 de janeiro de 1939, foi aprovado o Regulamento das Escolas Rurais que passaram a ser denominadas Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. (PR.

Decreto nº 7.782, 1939). A primeira Escola foi instalada na Capital e as demais foram criadas nas zonas rurais, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, embora para as mulheres o funcionamento da Escola fosse independente daquele das Escolas masculinas. Nas Escolas femininas, além das disciplinas para o curso masculino, havia o ensino de educação doméstica, com o objetivo de torná-las excelentes donas de casa rural, sabendo manusear os produtos da lavoura para garantir melhor alimentação familiar.

Novos cursos foram criados, o Curso Primário Agrícola e o Curso Agrícola Profissional. O primeiro com duração de quatro anos, constava de ensino elementar nos primeiros dois anos e ensino prático de agricultura e pecuária nos dois últimos anos. O segundo, ministrado em três anos, contava com oito cadeiras, critérios de provas e julgamentos como se adotava nos ginásios oficiais. Ao término do Curso o aluno recebia o certificado de Capataz Rural. (PR. Decreto nº 7.782, 1939).

A análise feita por Erasmo Piloto sobre essas escolas demonstrou que seus objetivos não foram totalmente alcançados. Conforme este educador, lamentavelmente, o plano de Ribas não produziu os resultados esperados e essas escolas acabaram se tornando verdadeiros abrigos de menores abandonados. A boa vontade e o empenho de diretores, técnicos e professores foram insuficientes para vencer os erros do plano sobre o qual se assentavam as escolas. (PILOTTO, 1954: 104).

A criação das escolas rurais primárias e sua trajetória na história, expressam na sua prática a insuficiência para atender a realidade educacional. A consequência evidenciou a falta de investigação da realidade social, em relação aos modelos idealizados pelos educadores da Escola Nova, para a definição da função social do ensino primário. As dificuldades educacionais atestam complexidade e diversidade de funcionamento dos processos educacionais, pois a escola primária, no dizer de Azevedo (1930: 167-84), deveria espelhar no ensino tal função social.

Apesar dos entraves e insucessos, o Paraná, no Governo de Manoel Ribas, realizou avanços e venceu desafios para superar as dificuldades existentes para o desenvolvimento e a expansão de um sistema de ensino mais qualificado tanto em termos de formação do professorado como em termos de práticas educacionais. As propostas de certa forma arrojadas tiveram algum resultado e influência nos anos subsequentes tendo, porém, esbarrado num contexto social ainda instável e em propósitos pouco consistentes.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco, RAMALHO, Lúcia Carpi, RIBEIRO, Marcos Venício Toledo. **História da sociedade brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos 1959.
- \_\_\_\_\_. *A socialização da escola*. In: **Boletim da Educação Pública**, São Paulo, v. 1, n. 2, abr./jun., 1930, p. 167-84.
- BALHANA, Altiva Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro, WESTPHALEN, Cecília Maria. *Introdução. Paraná tradicional. Paraná moderno*. In: EL-KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1, 4 v.
- MACIEL de BARROS, R. S. **Ensaio sobre a educação**. São Paulo: EDUSP, 1971.
- BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, v. 48, 1993.
- BRASIL 500 anos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- CAMPOS, Francisco. **A reforma da Constituição**. A União, a.16, n. 43, maio de 1925.
- CARNEIRO, David, VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: BANESTADO, 1994.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- COSTA, Maria Júlia da. **Lysimaco Ferreira da Costa** – a dimensão de um homem. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.
- CURITIBA 300 anos. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: 1993. v. 48.
- FÁVERO, Omar. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MIGUEL, Maria Elizabeth Blank. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História**. 1500-2000. São Paulo: Melhoramento, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **O ensino primário na Província do Paraná: 1853-1889**. Curitiba: BPPR/SECE, 1986. Coleção Memória.

\_\_\_\_\_. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a Primeira República.** (Doutorado) São Paulo: 1994. Tese de Doutorado em Educação/FEUSP-SP.

PILOTTO, Erasmo. **A educação no Paraná.** Rio de Janeiro: CILEM, MEC, INEP, 1954.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

RATACHESKI, Alir. **Cem anos de ensino no Estado do Paraná.** 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953. Edição do Governo do Estado. Livraria Globo, Porto Alegre, RCS. Publicação sob o patrocínio da Câmara de Expansão Econômica do Paraná. 1953.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SANTOS, A. Crise brasileira de educação. Jornal "O Dia", Curitiba, 29 de março de 1933.

#### PARANÁ. Documentos Oficiais.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Mário Tourinho a Getúlio Vargas.** Curitiba, 5 out. 1930.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 16 maio 1935.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 1 set. 1936.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Interventor Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.** Curitiba, 1 set. 1937.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas,** referente ao exercício de 1940-1941. Curitiba, 1941.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas,** referente ao exercício de 1942. Curitiba, 1942.

#### PARANÁ. Legislação Oficial.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 528. Cria cinco inspetorias regionais de ensino e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná,** Curitiba, 4 mar. 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.874. Aprova o novo Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná,** Curitiba, 17 set. 1932.

\_\_\_\_\_. **Constituição Política do Estado do Paraná**. Curitiba, 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 234. Cria a Escola de Trabalhadores Rurais e aprova o seu Regimento Interno. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 12 mar. 1935.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 589. Estabelece a seleção de professores para as escolas públicas mediante concurso público. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 9 mar. 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 17. Código de Ensino de 1917. Regulamenta o ensino público no Estado do Paraná. **Coletânea de Leis**. Curitiba, Paraná. 1917.

\_\_\_\_\_. Decreto 2.623. Estabelece a receita e a despesa do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 31 dez. 1934.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 2.072. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude do Estado. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 8 mar. 1940.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.782. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 6 jan. 1939.

\_\_\_\_\_. Leis e Decretos-Leis do Estado do Paraná de 1930 a 1937. **Coletânea de Leis do Estado do Paraná**. Curitiba, 1954.

**Artigo Recebido em: 02/08/06**

**Aprovado em: 04/09/06**